

ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA

PARA UMA LEITURA APORETICA DO CRÁTILLO

José Gabriel Trindade Santos
Universidade de Lisboa / Universidade Federal do Ceará

RESUMO : O *Crátilo* relata o confronto de duas teorias sobre a “correção dos nomes”. Embora ambas defendam haver uma “correção dos nomes”, enquanto o naturalismo sustenta haver uma “correção natural para todos os nomes”, o convencionalismo faz consistir a correção no “hábito e no acordo” pelo qual “alguém impõe a algo um nome”. Contra ambas as teorias, para poder revelar a natureza firme e estável da entidade nomeada, Sócrates argumenta que a nomeação deve conjugar naturalismo e convencionalismo, caracterizando a “correção do nome” como a relação pela qual o ‘nome’ se refere à ‘coisa [nomeada]’, a qual é cognoscível em si e por si. A par do *Parménides* e do *Teeteto*, esta proposta de leitura do *Crátilo* interpreta o diálogo como introdução aporética à epistemologia do *Sofista*.

PALAVRAS CHAVE: Platão, *Crátilo*, correção dos nomes, leituras antepredicativa e predicativa dos enunciados.

ABSTRACT: In the *Cratylus* two theories on the correctness of names are confronted. Though both of them agree on there being a “correctness of names”, while ‘naturalism’ supports a “natural correctness for all names”, for ‘conventionalism’ correctness consists in that “convention and agreement” through which “someone imposes a name on something”. Against both theories Socrates argues that giving a name should combine the naturalist and conventionalist approaches, describing “correctness” as the relation through which a ‘name’ is naturally given to something, as it is natural for it to be. Along with the *Parmenides* and the *Theaetetus* my interpretation of the dialogue sees it as an aporetic introduction to the epistemology of the *Sophist*.

KEYWORDS: Plato, *Cratylus*, Correctness of names, non-predicative and predicative readings of sentences.

I

1. A interpretação tradicional do *Crátilo*, que lê o diálogo como a crítica platónica ao confronto que opõe as teorias convencionalista e naturalista sobre a “correção dos nomes”¹, tem dificuldade em captar o fio condutor da argumentação de Sócrates. Se essa perspectiva for adoptada, extensas secções do diálogo mostram-se enigmáticas – como a prolongada

¹ Entre muitos exemplo possíveis, veja-se a síntese do diálogo, avançada por L. Méridier (1961³, “Notice”, 14-15), cujo texto segui neste estudo. No mesmo sentido, *vide* o breve resumo do diálogo, apresentado por R. Barney 2001, 1-2.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

atenção dedicada às etimologias (396c-427d, 437a-c) –, ou mesmo absurdas, como a doutrina defendida por Crátilo. Para tentar reconstituir a unidade da argumentação de Sócrates, este texto sugere que a crítica às teorias em confronto é suportada por um programa de pesquisa, cuja finalidade é atribuir à linguagem a função de descrever a realidade (para o que terá de desarticular a rede de pressupostos aceite por ambas as teorias). Não se apresentando como uma interpretação global do diálogo, a leitura proposta limita-se a tentar mostrar a coerência da argumentação de Sócrates sobre a “correção dos nomes”.

A rede de pressupostos que domina a quase totalidade do diálogo é compactada na declaração inicial, que Hermógenes atribui a Crátilo²:

“... (1) há uma correção de nome por natureza (*physei*: PC), (2) que é por natureza (*pephykyan*) para cada um dos seres (383a4-5); e (3) “não é nome aquilo que alguns, por concordarem chamar, chamam, emitindo um pedaço da sua voz” (a5-7); mas (4) “uma certa correção natural dos nomes é tanto para Gregos, como para bárbaros, a mesma para todos” (a7-b2).

Das quatro teses acima, isolo a primeira (que designo como Princípio da Correção dos nomes: PC), que será autenticada³ adiante (429b-d) pelo próprio Crátilo:

“... [são correctamente estabelecidos]... todos os nomes que são nomes” (429b10-11; vide a confirmação, antecipada por Sócrates: 422c).

Justifico a divisão da primeira proposição em duas teses pelo uso equívoco das duas expressões que se referem à ‘natureza’, ligadas a verbos distintos. Enquanto (1) liga “por natureza” à “correção de nome” (*physei* depende de *einai*), em (2), o particípio – “que é natural” (*pephykyian*) – liga a correção (*orthotêta*) a “cada um dos seres”, condensando a tese que identifica Crátilo como defensor do naturalismo. A “correção de nome” é, portanto, tomada em dois sentidos distintos: em (1), como o pressuposto a que, enquanto nomes, todos os nomes atendem; em (2), como a relação “natural” do nome com “cada um dos seres”. Logo no início do diálogo, a possibilidade de estabelecer esta distinção sugere que a argumentação

² A leitura proposta encara as personagens do diálogo como suportes literários das posições que defendem, independentemente de poder ser-lhes conferida uma identidade histórico-filosófica. Não entendendo o diálogo como a reportagem de um debate real, atribuo a Platão a paternidade das teses e opções que oferece à consideração dos leitores (F. Ademollo 2011, 102-103; 300), expressas por ‘Crátilo’, ‘Hermógenes’ e ‘Sócrates’.

³ Crátilo deixa Sócrates separar o PC da aplicação da tese naturalista, à qual a seguir recorre para explicar por que razão sustenta que o nome dado a ‘Hermógenes’ não é o dele (429c3-4). Esta montagem prepara a decisiva objecção contra a conjugação das duas teses (433b). Sobre o PC, vide *infra* n.7.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

de Sócrates visa dois objectivos interrelacionados: a desconstrução da teoria naturalista e a denúncia das consequências da sua associação ao PC.

Posto este ponto, passo a esclarecer o sentido dos termos mais relevantes no diálogo. Por ‘nome’ entende-se “uma parte mais pequena do *logos*” (*smikroteron, smikrotaton*: 385b), “verdadeira” ou “falsa” (385c), cujo “poder” (*dynamis*: 394b3-4, 6) pode ser revelado pelas expressões de que deriva e analisado nos sons proferidos que a compõem, representados por “letras e sílabas”⁴ (389e-390a *passim*). Quanto à “correção do nome”⁵, a diversidade de aplicações a que se presta impede a sua redução à significação deste⁶, embora seja reveladora da íntima relação entre as duas noções, pois todo o nome é correcto, enquanto nome⁷. A tese, que quase equivale a uma definição⁸, subsume a verdade de um nome na sua significação, sendo aceite por cada uma das teorias propostas no diálogo (R. Barney 2011, 41; F. Ademollo 2011, 24, 41), as quais se distinguem pelo facto de justificarem a correção dos nomes, o seu “poder [significativo]” (394b3-4, 6), pela “natureza”, pela “convenção”, ou pela conjugação de ambas num contexto distinto.

Para argumentar contra o naturalismo, Sócrates entrega-se à apresentação de mais de 140 etimologias, tacitamente aceites pelos seus dois interlocutores. “Nomes secundários” (*hystera*: 422c6, 8 *passim*), como os nomes próprios dos deuses e heróis, dos astros e das mais relevantes entidades nos domínios da Ética e do Saber, são lidos como abreviaturas das expressões (*rhêmata*) que revelam a sua significação profunda. Podem também ser decompostos em “nomes primários” (*prôta*: 422c3 *passim*; como ‘*ion*’, ‘*rheon*’ e ‘*doun*’:

⁴ Sobre o sentido atribuído a ‘nome’, particularmente no *Crátilo* e no *Sofista*, registrando as diferenças que separam ‘*onoma*’ daquilo que para nós é um ‘nome’, remeto para R. Barney (2001, 5-10, 184-187) e F. Ademollo (2011, 1, 55, 61-62, 257-267, 295-296).

⁵ Para uma sucinta enumeração das aplicações da “correção dos nomes”, vide P. Crivelli 2008, 222-223.

⁶ Tomo a expressão “correção do nome” como abreviatura de “significação correcta do nome”. No *Eutidemo* 277e-278a, Sócrates refere-se a Pródico e à “correção dos nomes” para aludir à diversidade de significados em que ‘*manthanein*’ (“aprender”, “saber”) pode ser entendido. O passo mostra que, a despeito de haver divergência sobre o entendimento e aplicação de um nome, enquanto nome, a sua correção se identifica com a sua significação (vide 422c-d). Essa identificação justifica a tese de Crátilo (429b-430a) de que nenhum nome é falso, de modo independente do uso corrente a que se presta (como mostra o exemplo da contestação da atribuição a Hermógenes do nome ‘Hermógenes’). R. Barney (2011, 5,n.7, 24) associa ‘significação’, ‘significar’ a *sêmeinein*, ignorando a subsunção da “significação” na “correção”, implícita no PC (*Ibid.* 17). Sobre a relação da ‘significação’ com a ‘essência’, em Aristóteles e Platão, vide T. H. Irwin 1982, 248-251.

⁷ F. Ademollo (2011, 3-4, 23-24) sustenta que esta concepção – “‘*N*’ is a correct name of *X* =_{df} ‘*N*’ is a name of *X*”, que designa pela expressão “Redundancy Conception”, afecta todo o diálogo, condicionando a sua interpretação global. Penso que qualquer interpretação do *Crátilo* que não reconheça o papel fulcral desempenhado pelo PC no debate não pode fazer justiça à argumentação de Sócrates (vide 422c).

⁸ Vide Aristóteles *Da interpretação* 16a20; *Arte poética* XX,3; 1457a: “Um nome é um som vocal significativo (*phônê sémantikê*) por convenção, sem [significação do] tempo”.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

421c), que “não podem mais aparecer como compostos a partir de outros nomes” (422a), até se deixarem analisar nos sons que os compõem, representando as “letras e sílabas” o limite último da sua correção (426c-427d).

2. Ao aceitar que não há outra “correção do nome”, além da que é forjada “pelo costume e pelo hábito dos que impõem [os nomes] e chamam [as coisas]” (384d, 385d), Hermógenes cria uma tensão entre os usos “privado” e “público” do nome (385a). Pois as teses, de que “a correção do nome não é outra coisa senão convenção e concordância” e “nenhum nome é por natureza natural para coisa nenhuma” (384d), não só brigam com a sua prática da nomeação arbitrária (*ibid.*), como são inconsistentes com a admissão de que há “uma correção de nome” (384d1, 385d7-8; *vide* 427d: R. Barney 2001, 27, n. 7; K. Lorenz, J. Mittelstrass, 1967, 5; *vide* a crítica de F. Ademollo: 2011, 48). Se o nome correcto de algo é aquele que cada um lhe impõe (384d, 385a, d), haverá nomes ‘verdadeiros’ para uns, que são ‘falsos’ para outros (385c, d-e; N. Denyer 1991, 72, 75). Esta objecção implícita explica a intempestiva digressão sobre Protágoras (385e-386d), com a qual Sócrates obriga Hermógenes a tomar posição sobre a tese em que o sofista defende a relatividade das impressões perceptivas (levando-o a distanciar-se dela):

“as coisas são para cada um como lhe parecem” (385e-386a; *Teeteto* 152a-c).

A enfática rejeição do infalibilismo relativista de Protágoras (386a, 391c) e do corolário deste, defendido por Eutidemo (para quem “todas as coisas são do mesmo modo para todos, ao mesmo tempo e sempre”⁹: 386d; 386d-e), pela parte de Hermógenes, servirá para o obrigar a aceitar a teoria de Sócrates, de que “as coisas têm uma entidade¹⁰ firme e estável (*bebaion*)”, à qual “são relativas, por si, como é natural”, que é independente dos falantes e das suas impressões. A tese é imediatamente estendida aos actos (386e), levando Hermógenes a selar a sua renúncia ao convencionalismo arbitrário, pela admissão de que:

“Se deve nomear as coisas como é natural nomear e [as coisas] serem nomeadas e com o que é [natural]” (387d; *vide* 387b-c, 386d-e).

⁹ Levando ao extremo o infalibilismo de Protágoras, a identidade e a predicação tornam-se impossíveis (*Teeteto* 152d, 156a-157c). Deixo de parte o debate sobre a hipotética associação da teoria de Hermógenes à de Protágoras (R. Barney 2001, 31-36: a A. considera a rejeição de Protágoras por Hermógenes “um golpe de sorte para Sócrates”: 41; mas *vide* F. Ademollo 2011, 76-86).

¹⁰ A tradução de *ousia* por ‘entidade’ pretende corresponder à pergunta sobre “aquilo que o ser é” (*Sofista* 246a sqq.), respondida pela “comunhão dos sumos géneros”, e evitar a contaminação do termo pela mais difundida ‘essência’ aristotélica.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

Conclui-se que há um modo natural de nomear, que consiste em usar os nomes para nomear a natureza das coisas. Finalmente, através da analogia do nomear com outras artes (“cortar”, “tecer”, “furar”: 387d-388a), a teoria de Sócrates pode concluir que:

“o nome é um instrumento que serve para ensinar e distinguir a entidade” (388b).

Cabe, portanto, ao “legislador dos nomes” (e não a qualquer um: 389a) a tarefa de “impor a “forma do nome”¹¹ aos sons proferidos e às sílabas” (389d, 390d-e), fixando:

“... os olhos no nome que é para cada coisa por natureza...e dando a forma dela às letras e às sílabas” (390e; *vide* 389d-e, 390a; 390d-391a).

Esta decisão programática determinará o curso futuro da investigação¹². Sócrates vai tornar explícito o poder (*dynamis*: 394b) que permite aos nomes “significarem” (*sêmeinein*: 393d) e/ou “revelarem” (*dêloun*: 393d) a natureza das coisas¹³, através das letras e das sílabas (TM). A teoria será adiante comprovada mediante a avaliação da proposta de mais de uma centena de etimologias de nomes proeminentes da língua, da literatura e cultura gregas.

3. Não há consenso entre os intérpretes acerca do que Platão pretende com este longo exercício. Aqueles que o avaliarem da perspectiva da exegese linguística actual não entreverão nele qualquer sentido. Recentemente, contudo, surgiram defensores do seu alcance filosófico e metodológico (D. Sedley 2003, 25-50, 75-122; F. Ademollo 2011, 146-316).

Alheia a este debate, a interpretação aqui proposta tentará mostrar que o prolongado esforço da exploração etimológica pode ser enquadrado no contexto argumentativo do diálogo. Subordinando os elementos lúdicos à seriedade da investigação dialéctica, as muitas inconsistências, denunciadas pelas constantes reservas e “escapatórias” manifestas por Sócrates, para além da ironia que acompanha a sua avaliação da “sabedoria de Êutifron”(396d-e), preparam o debate com Crátilo. Mesmo assim, deverá reconhecer-se que um bom número de etimologias não só se refere a uma prática intelectual corrente (R. Barney

¹¹ “Nome em si”, ou “forma do nome”, não precisa de ser mais do que a entidade supra-linguística que cada nome em qualquer língua imita; por exemplo, a mesma para “*hyppos*”, “*equus*”, “cavalo”, “*cheval*”, “*horse*”, etc. (F. Ademollo 2011, 134-138).

¹² O que tinha começado como um debate entre duas teorias rivais acerca da correção dos nomes aqui se transforma numa investigação que, começando por apontar à crítica do convencionalismo, passa ao exame da teoria naturalista (391a), para se ir esbatendo na avaliação daquilo que mais adiante (423a ss.) se definirá como a versão “mimética” da teoria naturalista sobre a formação dos nomes (TM). Sobre o sentido do “Cratilês” como concretização da TM, *vide* R. Barney 2001, 101-107.

¹³ Neste passo Platão condensa a tese que dá sentido a todo o debate: *a função da linguagem é ‘referir’ a realidade*. Não será, neste momento possível avaliar a medida em que os opositores de Sócrates, particularmente Crátilo, aceitam esta tese.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

2001, 53, n. 9; F. Ademollo 2011, 33-36, 233-241, 245: *vide* 428d), como remete para a filosofia platónica¹⁴.

A proposta aqui avançada é a de que o exercício é concebido para suportar a estratégia metodológica desenvolvida por Sócrates na sua análise da correção dos nomes. Enquanto acompanham a interlocução de Hermógenes, as etimologias cumprem a finalidade de atribuir ao “sabedor acerca dos nomes” a capacidade de “investigar o poder significativo” destes (394b). Após a saída do filho de Hipónico, as reservas expressas, bem como as conclusões atingidas, serão utilizadas no debate crítico de Sócrates sobre o naturalismo defendido por Crátilo. O objectivo do filósofo é “minar as bases do naturalismo enquanto finge pô-lo em prática” (F. Ademollo 2011, 208, 313-314).

3.1 Encarando em bloco o sistema dos nomes, o seu poder significativo será globalmente justificado por um vago e abrangente “princípio de semelhança” (424d-425a; *vide* a contestação em 432c-d ss.), que actua em dois registos paralelos. Se, por um lado, a função do nome é “fazer ver como são as coisas” (422d)¹⁵; por outro, a significação de cada nome é justificada pela sua relação – a um tempo fonética e semântica – seja com outros nomes, seja com a “expressão”¹⁶ (*rhêmatos*: 399b, *passim*) de que deriva. Por exemplo:

“O nome [*anthrôpos*] foi gerado a partir da expressão [*anathrôn ha opôpe*: 399c¹⁷] pela supressão de uma letra, o ‘a’, e a transformação da [sílab] final em grave” (399b; *vide* 399b-c).

Consequentemente, se o nome é formado pela “contração” (*vide sunkroteô*: 409c1, 415d5, 416b5, 421a7, b2) da expressão da qual deriva, o acesso à sua significação é conseguido mediante o desvelamento dos elementos que o constituem, seguindo os princípios da “composicionalidade” (R. Barney 2001, 8¹⁸-10, 88-98) e da “imposição”¹⁹ (*thesis*). A “composicionalidade” é usada para explicar a formação dos “nomes secundários” a partir dos

¹⁴ D. Sedley 2003, 81-98, 113-114. O objectivo das etimologias não é apenas o de “descodificar a correção filosófica” dos nomes, mas “ensinar verdades filosóficas” (161); “esboçando um quadro sistemático do desenvolvimento do pensamento grego, de Homero a Platão” (F. Ademollo 2011, 251-252).

¹⁵ Os nomes nunca poderiam “tornar visíveis” as coisas se não as representassem (423e). Todavia, de acordo com a TM, só podem cumprir essa função por conterem letras que a elas “se assemelham” (426c-427c).

¹⁶ Para esta tradução de *rhêma*, *vide* F. Ademollo 2011, 262-267, 291, 295; para a defesa da tradução pelo termo ‘verbo’ (425a, 431b), capital no argumento do *Sofista* 262-263, *Id.*, *ibid.* 266-267, 294-296, 347-348.

¹⁷ Entre os animais o homem é o único que “examina as coisas que viu”.

¹⁸ A tese de que “o conteúdo das expressões complexas é determinado pelas propriedades das suas partes” é a base sobre a qual assentam a TM (424c-426b) e a rejeição do naturalismo de Crátilo (433b-435d).

¹⁹ *Vide*, em D. Sedley (2003, 123-128, 131), o desenvolvimento da “função imitativa” dos nomes nos Princípios “da Uniformidade”, e da “fundamentação” (“Groundedness”).

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

“primários” (424c-426b) que os compõem, sendo a “imposição” explicada pela atribuição da sua instituição a um “onomástico” (424a). Referido por diversos nomes e expressões como “legislador dos nomes” (427c, *passim*), ou “onomaturgo” (389a), divino ou bárbaro²⁰ (425d-426a, 438c), cabe-lhe a função de cunhar os nomes para uso pelos homens (*vide* 436c, 438c).

4. Após o longo percurso realizado na companhia de Hermógenes (391c-427e), Sócrates volta-se para Crátilo, para quem, enquanto defensor do naturalismo, todo o debate foi há muito orientado, explorando as conclusões extraídas do exercício das etimologias. Todavia, como a entrada do novo interlocutor obriga o filósofo a reiterar os princípios em que assenta a sua posição, as etimologias são deixadas em suspenso até 437a-c, sem que se perceba que funções desempenham na economia do diálogo.

4.1 Reforçado o acordo acerca das funções indicativa e didascálica do nome (428e), o desacordo entre os dois contendores é aceso pela reafirmação por Crátilo do princípio, segundo o qual, enquanto nome, todo o nome é correcto (383a, 429b, *passim*; *vide* 422c). Mas o confronto entre eles instala-se quando o PC é incorporado na tese naturalista, segundo a qual o nome é o da natureza nomeada (383a; 429b-c). Para evidenciar as consequências desta incorporação Sócrates começa por levar o seu opositor a precisar a natureza da relação entre nome e coisa.

Sem nunca rejeitar o PC²¹, o filósofo obriga-o a conceder-lhe o pressuposto sobre o qual assentará a sua argumentação, de que uma coisa é o nome e outra aquilo de que o nome é (430a). A partir da lacónica anuência do seu opositor, a argumentação passa a concentrar-se não mais apenas no nome, mas no exame da *relação* que associa o “nome” à “coisa nomeada”. O objectivo de Sócrates é contestar o recurso ao PC a par da defesa da TM, em sintonia com os resultados atingidos na análise das etimologias. Começando por se manifestar como uma “imitação da coisa” (430a-b), a relação é a seguir condensada na “imagem” desta (430c, e, 431d, 432b *passim*), sendo depois considerada “semelhante à coisa” (430c), “que lhe convém” (431b, d).

²⁰ O princípio da instituição dos nomes pelo “legislador”, introduzido para corrigir a arbitrariedade na nomeação, sustentada pelo convencionalismo de Hermógenes (390d-e), será integralmente acolhido por Crátilo.

²¹ Como se viu, o PC é constitutivo da definição de ‘nome’, limitando-se a caracterizá-lo como uma parte do discurso, dotada de significação. Mas a tese só tem consequências danosas quando o nome é associado à natureza do nomeado. Adiante (III, 1.1-1.1.2) voltarei a esta questão, crucial para a interpretação aqui avançada.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

Crátilo reage contestando a possibilidade de a imagem poder dar origem a uma “aplicação” (ou “distribuição”: *dianomê, dianemô*: 430b, c, e) correcta ou incorrecta (430d), distinguindo aquela que é relativa a figuras (*dzôiois*: 430d4=*dzôgraphêmata*:d8-9) da relativa a nomes, cuja correção insiste em considerar necessária (430d-e). Acaba, porém, por se render à insistência de Sócrates (431a), que, a partir da possibilidade de uma “aplicação correcta ou incorrecta”, extrapola da “correção/incorrectão” para a “verdade/falsidade” dos nomes (430d, 431b-c) e daí para a das “frases”, entendidas como a combinação de “nomes e verbos”²² (*rhêmata kai onomata... kai logoi*: 431b-c; *vide* 425a: F. Ademollo, 291, 295).

Ora, se há nomes “incorrectos”, também o artífice dos nomes poderá ser “bom” ou “mau”, conclui o filósofo (431e). Mas, como Crátilo insiste uma vez mais no PC, defendendo que “um nome mal escrito” ou é “nome de outro” (*vide* 429c), ou nem sequer é nome (*vide* 430a; 431e-432a), Sócrates é forçado a encontrar argumentos que definitivamente silenciem a sua teimosia. O primeiro é o de que haveria “dois Crátilos”, se, convertendo a relação de semelhança em identidade, a imagem do outro fosse “tal como ele” (432c), duplicando tudo e impossibilitando a distinção entre a própria coisa e o seu nome (432d).

O argumento consoma a distinção do “nome” da “coisa de que é nome”. Mas Sócrates terá ainda de provar a incompatibilidade do PC com a TM (433a-b). Para tal, terá de inflectir o curso da argumentação para a exploração das conclusões derivadas das etimologias, mostrando que a correção dos nomes não pode ser simplesmente imposta, sem considerar a sua atribuição às coisas de que são nomes.

Sócrates começa por definir a noção de ‘semelhança’ entre dois limiares. Como a natureza da imagem não suporta a exigência da “completa semelhança” entre nomes e coisas nomeadas (432c-d), há que admitir que um nome pode ser bem ou mal estabelecido. Então, se as letras que o compõem não são “tais como aquilo de que o nome é [nome]” (432d-e), nada impede que a semelhança valha para um nome, um nome numa frase, ou para a própria frase, desde que neles se ache presente o “signo” (*typos peri hou an ho logos êi*) do “objecto” ou “assunto” (*vide Eutidemo* 283e9; F. Ademollo 2011, 333-335, 370,n.108) dito na frase (432e; *vide* 431b-c).

Todavia, como, de acordo com os dois investigadores (434a-b), para que “o nome seja semelhante à coisa”, as letras que o compõem devem ter “alguma semelhança” (*homoiotêta*

²² Adiante (III, 1.1.3) aprofundarei este subtil argumento.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

tina: 434b5) com a coisa que o nome imita, basta que Sócrates encontre um exemplo flagrante de dissemelhança entre nome e coisa, para que a teia de “concordância” urdida pela TM seja desfeita. É o caso do termo ‘*sklerôtês*’ (“dureza”), também pronunciado ‘*sklerôtêr*’ (434c). Perante a discrepância das pronúncias – que invalida a tese de Crátilo de que não há nomes bem ou mal escritos (431e-432a, 433c) –, além da presença no nome de letras estranhas ao seu significado (o ‘*lâmbda*,’ o ‘*rhô*’ e o ‘*sigma*’ não “se parecem” com a ‘dureza’: 434c-d), Crátilo terá de explicar como *se entendem* (*manthanomen*: 434e) falantes de dialectos distintos. A resposta – “pelo costume” –, por ele oferecida, parece satisfatória. Tem, contudo, a consequência de abrir à convenção a porta que até aí a TM mantivera fechada (434a-b).

Mas Sócrates vai de novo aproveitar a concessão do outro para alterar o curso do argumento, fazendo o problema incidir já não na relação entre “nome” e “coisa”, mas na compreensão de “conteúdos extra-mentais” (*dianooumai, dianooumenoi*: 434e-435b; vide F. Ademollo 2011, 397-398). É citado o exemplo “meramente ilustrativo” (D. Sedley 2003, 139, n. 22) de falantes que recorrem a nomes compostos por letras dissemelhantes (como “*sklerôtês/sklerôtêr*”) para se referirem à mesma entidade (435a). Decisivo, será, contudo, o argumento dos nomes dos números, que introduz o contributo da convenção para a indicação das coisas pensadas (435b; F. Ademollo 2011, 405-410), cancelando o mimetismo estrito suportado pelo princípio da semelhança. Pois a correção dos nomes dos números só pode explicar-se pelo acordo e pelo hábito, dado que o critério da semelhança lhes não pode ser aplicado (435c).

O mais relevante efeito da deslocação efectuada acha-se na inserção do debate num contexto cognitivo, atingindo o coração da pretensão naturalista de que o conhecimento do nome basta para conhecer a coisa (435d-e). Crátilo assegura que tanto a “investigação”, quanto a “descoberta” das coisas se faz “acima de tudo” através dos nomes (436a). Todavia, Sócrates questiona essa certeza (435e5), inquirindo, primeiro, se os que originalmente instituíram os nomes se terão enganado (436b); depois, se não será o caso de os nomes expressarem as crenças (*hoia hêgeito*: b5, 9-10; e não o conhecimento) dos seus criadores acerca das coisas (436b)?

A esta objecção Crátilo responde invocando de novo o princípio da “imposição”, que segundo ele necessariamente atribui conhecimento (*anankaion eidota*: b12-13) ao instituidor dos nomes, uma vez mais associando o PC à “concordância” (*symphôna*: 436c4) atestada pela

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

TM (436b-c). Mas a resposta a este quesito (*symphônein*: 436d1, e1) vai dar a Sócrates o ensejo de, explorando as etimologias, desarticular a exploração do mimetismo aceite pela teoria de Crátilo.

A primeira objecção reforça a possibilidade do engano inicial do instituidor dos nomes (436c). A segunda recorre ao debate sobre o tema do fluxo para fornecer, com mais uma onda de etimologias, prova da discordância dos nomes; por fim, ridicularizada pela possibilidade de o diferendo se resolver por votação (436d-437d).

Para liquidar a disputa, voltando ao “princípio da imposição” (437d-438a) e antecipando o trilema de Münchhausen²³, Sócrates vai sucessivamente apresentar três argumentos que desarticulam os princípios que atrás comandaram a proposta das etimologias. Dirigido contra o princípio da *imposição*, pelo qual os nomes primários terão sido instituídos por uma potência mais que humana (438c), o argumento da *regressividade* pergunta como poderia o instituidor ter conhecido e descoberto as coisas antes de ter criado os nomes, ou instituído os nomes sem conhecer as coisas (437d-438b). Dirigido contra o princípio da *composicionalidade*, o argumento da *arbitrariedade* explora a contradição entre os nomes que reflectem o “fluxo” e o “repouso”, denunciando a inconsistência nos juízos (*vide* 436b-c) divinos (438c-d). Também dirigido contra este princípio, o argumento da *circularidade* atinge a tentativa de explicação “mimética” dos nomes pelos nomes, suportada pela alegada “concordância” de uns com os outros (*vide* 436c), *em contraste* com a imposição dos nomes a partir do “conhecimento das coisas por elas mesmas” (438e-439b). O saldo dos três argumentos fica expresso na conclusão que condensa a rejeição do naturalismo de Crátilo:

“não é a partir dos nomes, mas muito mais a partir das coisas do que dos nomes que se deve aprender e investigar as coisas” (439b).

É este o último momento em que a questão da correção dos nomes é abordada, pois, logo a seguir, Sócrates entra no epílogo do diálogo. Inteiramente contextualizada no problema do conhecimento, a argumentação vai doravante entregar-se à confrontação da hipótese do fluxo com a das Formas imutáveis.

²³ Referência à história do Barão de Münchhausen, que, montado num cavalo, escapou de um pântano içando-se pelos cabelos (*vide* H. Albert, *Treatise on Critical Reason*, Princeton University Pr., Princeton 1985, I, 2). Originalmente, o trilema é atribuído a Agripa por Diógenes Laércio (IX 88-89) e Sexto Empírico (*Hipótiposes Pirrónicas*, I,164-177; *Contra os professores*, I,241-245: *vide* a referência em R. Barney 2001, 83-87).

II

1. Na leitura aqui proposta, toda a argumentação está orientada para a confrontação com o naturalismo. Partindo das teses que sintetizam a teoria dos nomes proposta por Crátilo (383a4-b2), o argumento avança até à definição que condensa o acordo dos três investigadores:

“... o nome é um instrumento que serve para ensinar e distinguir a entidade” (388b13-c1; *vide* 428e, 433d, 435d-e).

A partir deste passo, o argumento examina as condições de possibilidade do naturalismo (388c-427e) até à reafirmação da tese acima (428e1-2, 435d), passando, primeiro à crítica (428e-435d), por fim à rejeição do naturalismo de Crátilo (435d-439b). O debate do naturalismo é precedido por uma introdução, dedicada à exposição, crítica e correção do convencionalismo de Hermógenes (384c-391c), e rematado por um epílogo, no qual as hipóteses das Formas e do fluxo são contrapostas e avaliadas pela perspectiva do conhecimento (439c *ad finem*).

O debate visa criticar a teoria de Crátilo focando em particular as consequências da associação do PC à teoria naturalista. Se a proposta feita atrás (I, 1) for aceite, sustentar que todos os nomes são correctos (429b; *vide* 383a) não é mais que defini-los como dotados de significação própria. Todavia, pressupor que essa correção lhes pertence, enquanto nomes, “por natureza”, não considerando ‘nomes’ aqueles que são usados correntemente pelos homens, priva o discurso da capacidade de se referir à realidade²⁴. É para restabelecer esse poder referencial que Sócrates vai recorrer à teoria naturalista para obrigar Crátilo a reconhecer que os nomes só podem cumprir a sua “função” (*dynamis*: 435d2; *vide* F. Ademollo 2011, 427) se imitarem a natureza das coisas por eles nomeadas.

O filósofo começa por sustentar que “as coisas têm uma entidade firme e estável”, independente dos falantes e das suas impressões, à qual “são relativas, por si, por natureza”.

²⁴ O que importa a Crátilo é que o nome seja “dado” à coisa que a sua significação indica ou descreve (429c). Lendo os nomes como descrições definidas, P. Crivelli 2008, 228, caracteriza este uso dos nomes como “atributivo”, citando (228,n. 24) K. Donellan (1966, 285-289). *Vide* ainda T. Irwin (1982, 249): “O nome significa a realidade da essência, da qual são verdadeiras as crenças reconstruídas associadas ao nome”; pertencendo ao nome a correção por natureza, a sua etimologia indica o ser do seu referente, mediante o fornecimento de uma descrição adequada dele (F. Ademollo 2011, 179). Se a declaração for assimilada à nomeação, “para um enunciado ser verdadeiro nada mais é requerido que a existência do seu referente”.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

Ao deixar claro que a ‘natureza’ de que fala é a de “entidades” (386e3-4), pode concluir que a correção dos nomes é avaliada pela capacidade de estes “ensinarem e distinguirem a entidade” (388b-c). Pelo contrário, Crátilo e Hermógenes²⁵ tinham, respectivamente, justificado a correção dos nomes por serem nomes e nomearem a natureza das coisas (383a) e pela concordância dos falantes (385d).

Por isso Sócrates terá de começar por afastar Hermógenes para poder impedir Crátilo de usar o PC para defender a sua concepção do naturalismo. O seu primeiro passo nesse sentido é dado logo na primeira das definições de ‘nome’, avançada no início do seu debate com Hermógenes:

“... o que alguém impõe chamar (*thêi kalein*) a cada coisa (*hekaston*), isso é nome para cada coisa (*hekastôi*)”²⁶ (385a, *vide* d2-3).

Fixado o acordo de Hermógenes, Sócrates pode avançar para o segundo ponto. Aceitando que a “correção do nome” lhe pertence enquanto “nome da coisa” (390d-e), decide testar a tese, avançando a hipótese de que é por meio das “letras e das sílabas” que o nome “revela” (ou “indica”: *dêloumenê*) a “entidade da coisa” (393d4), segundo a Teoria Mimética (TM: 389d-e, 390a, e, 393d-394c). É essa análise que vai ser levada a cabo na secção dedicada às etimologias (399a-c, 402e-403a, 407b, 414c, 418a-c, 419b, 420b, 423e-425a, 426e-427c).

O terceiro momento começa quando, após a conclusão do debate com Hermógenes, a distinção do “nome” da “coisa nomeada” é reforçada pela reafirmação da tese de que “a correção do nome” consiste em “mostrar²⁷ como é a coisa” (*pragma*: 428e1-2). Mas a ambiguidade do termo ‘*pragma*’²⁸ justifica que Sócrates se entregue à série de precisões que o

²⁵ O paralelo das referências a Protágoras, no *Crátilo* (385e-386e) e no *Teeteto* (152a-d), mostra que Platão se acha atento à proximidade da posição de Hermógenes com a do sofista. Note-se como *Crá.* 386d-e é a perfeita antítese de *Teet.* 152d.

²⁶ Opto por traduzir *hekaston* e *hekastôi* por “cada coisa” (*sc.*, “cavalo”, “homem”: 385a; e não “cada um”: *ca.* F. Ademollo 2011, 72-73). Associando as funções impositiva e atributiva da nomeação, a pergunta visa argumentar contra a prática descrita por Hermógenes (384c-d), definindo ‘nomeação’ como a relação estabelecida entre ‘nome’ e coisa nomeada.

²⁷ “ ‘Mostrar’ (*deixai*) é fazer cair sobre o sentido da vista” (430e). Esta explicação sobrepõe a capacidade referencial da nomeação ao seu poder revelador da entidade.

²⁸ Para além de poder referir uma “coisa” no mundo ou o “assunto” abordado no enunciado, a referência do termo é notoriamente opaca, podendo este ser diferentemente entendido pelos três intervenientes (*vide* Th. Chance 1992, 87-89, 243,n.21). Para Sócrates será uma “entidade” ou uma “coisa” no mundo; para Crátilo, porém, será apenas a correção que caracteriza o nome, enquanto nome, ou seja, a sua “significação” (por exemplo, ‘Hermógenes’ significa “da estirpe de Hermes”). A propósito, note-se o sentido da objecção de Sócrates: “Se alguém inquirisse as coisas seguindo os nomes, examinando como cada um quer ser” (*hoion*

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

argumento articula, a primeira das quais é capital. Obrigar Crátilo a conceder que “nome” e “nomeado” são coisas distintas (430a-431a) permite orientar a argumentação para o gradual enfraquecimento da TM. O nome é sucessivamente caracterizado como “imitação” (430a-431a; vide 423b-e), “imagem” (430b-e), “conveniência” (431b-d, 433b-c, 435d), “signo” (*typos*: 432e), “indicação/revelação” (*délôma*: 433d) e “semelhança” (*homoios, homoiotês, hoionestin*: 434a-435e); em todos os casos *mantendo sempre a sua dependência “da coisa”*²⁹.

1.1 Todavia, só com o argumento da ‘dureza’ vai ser definitivamente alterado o registo da relação do nome com “a coisa nomeada”, que não será mais um “assunto” ou “objecto”, mas algo que deve ser compreendido (434e), uma “coisa pensada”, um conteúdo extra-mental (434e-435b), objecto de “conhecimento” (435d-e), de “aprendizagem” (436a), de “crença” (436b), como tal passível de “engano”³⁰ (436b sqq). Inserido num contexto epistémico, o argumento pode agora entregar-se à avaliação do valor cognitivo da teoria naturalista.

Contra a possibilidade do “engano” na instituição dos nomes, Crátilo recorre à sua última arma, alegando a “concordância” interna do sistema (436b-c), justificada pela atribuição da imposição dos nomes a uma figura divina (438c). Mas, como aponteí atrás, Sócrates denuncia a arbitrariedade dessa imposição por remeter para um *infinito regresso*³¹ e ser viciada pela inconsistência resultante de nela coexistirem princípios opostos (“repouso” e “fluxo”). Pode então concluir o argumento contra o naturalismo de Crátilo, mostrando que, se todo o conhecimento se refere a algo conhecido, há que partir do conhecimento desse algo para chegar aos nomes, em vez de postular um conhecimento perfeito dos nomes, impossível sem o das coisas³² (439a-b).

bouletai einai)” ... “correria o risco de se enganar” (436a9-b3); para a tradução de *bouletai* por ‘significar’, vide F. Ademollo 2011, 87, 96, n. 3, 214-215, 234, 381; 431.

²⁹ Aqui me afasto das interpretações que assumem que, *para os três intervenientes no diálogo*, o acto de ‘nomear’ pressupõe uma distinção clara entre um *nominandum* e um *nominatum*, entendido como algo no mundo físico. Se é evidente que essa distinção vale para Sócrates e acaba por valer para Hermógenes, a resistência de Crátilo é prova de que não aceita. Defendo por isso que a argumentação contra Crátilo só tem sentido se o objectivo de Sócrates for obrigar o seu opositor a reconhecer essa distinção, com as consequências que acarreta.

³⁰ Só aparentemente o objectivo do argumento é refutar o naturalismo, vindicando o convencionalismo. Na realidade, o argumento critica ambas as teorias por não encararem a nomeação como relação entre nome e coisa, embora o alvo imediato seja o uso que Crátilo faz do PC, ao sustentar que “não é nome” aquilo a que alguns concordam chamar ‘nome’ (383a5-6, 429b-430a).

³¹ Não só a concordância da teoria se afunda no prolongamento da análise do poder dos nomes até às letras (421e-423b), como é necessário postular ou um conhecimento das coisas, anterior à instituição dos seus nomes, ou uma instituição anterior ao conhecimento daquelas (436b).

³² Retorna aqui ainda o “infinito regresso”: nada pode ser ‘conhecido’ sem ‘conhecimento’, nem pode haver ‘conhecimento’ sem que algo seja ‘conhecido’. Em qualquer dos casos, o ‘conhecimento’ postulado por Crátilo é ou inviável, ou irrelevante (vide *Teeteto* 209d-210b).

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

1.2 A subtileza da argumentação justifica a tentativa de reconstrução conjectural da teoria de Crátilo. É possível extrair quatro teses da declaração inicial:

- (T1). Há “por natureza” uma correção de nome (PC),
- (T2). “natural” para cada um dos seres,
- (T3). a mesma para Gregos e Bárbaros;
- (T4). Não são nomes os “sons proferidos” que os homens concordam chamar.

Muita da complexidade do *Crátilo* é explicada pelo modo como estas teses se conjugam. Crátilo argumenta (429b-c, 430a, d-e, 432a) como se o facto de a “correção de nome” lhe pertencer, pela sua natureza, enquanto nome (T1: PC), conferisse “correção natural” aos nomes de cada um dos seres (T2). No entanto, depois da intimação de Sócrates (433b), fica claro que o Princípio da Correção do nome (T1) não pode ser invocado para reforçar a tese naturalista (429c: T2³³), porque as duas expressões em que a ‘natureza’ é mencionada qualificam referentes distintos (*physei*, o nome, enquanto nome; *pephykyian*, o modo como os seres são nomeados). Por essa razão, a tese de que os nomes são correctamente *atribuídos* às naturezas de cada um dos seres não implica que os nomes sejam usados para se *referir* a seres realmente existentes³⁴, como aconteceria se, conjugada com (T1), (T2) impusesse “por natureza” uma correção natural aos nomes de “todas as coisas que são”.

É na confusão destes dois distintos sentidos de ‘natureza’ que, pela parte de Crátilo, assenta a sua defesa de um saber que suporta a instituição dos nomes independentemente do conhecimento das ‘coisas’ por eles nomeadas. A confusão é confirmada pelo comentário final de que, sem esse saber, “nem haveria nomes” (*oud’ anonomata eiê*: 436c2).

³³ A negação de que ‘Hermógenes’ seja “na verdade” o nome do filho de Hipónico (383b, 429b-430a) – para Sócrates, “a brincar” (384c) –, ilustra a aplicação de (T4; *ca. F. Ademollo* 2011, 26-30). Crátilo não aceita que se chame ‘Hermógenes’ alguém que não é “da estirpe de Hermes”. Pelo contrário, se, a Sócrates e a Crátilo, “os nomes que chamamos a cada um são os nomes deles” (383b), então (por analogia com 429b-c), esses serão os nomes das suas naturezas. Os exemplos dados não atestam o uso referencial dos nomes, mas apenas que, “se ‘x’, ‘y’, são os nomes de x, y, então são nomes das suas naturezas”.

³⁴ A distinção entre os dois usos das descrições definidas apoia-se em K. Donellan 1997, 364: “I will call the two uses of definite descriptions ... the attributive use and the referential use. A speaker who uses a definite description attributively in an assertion states something about whoever or whatever is the so-and-so. A speaker who uses a definite description referentially in an assertion, on the other hand, uses the description to enable his audience to pick out whom or what he is talking about and states something about that person or thing”.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

É, pois, contra todas estas teses que Sócrates argumenta³⁵. A entrada de Crátilo no debate é marcada pela reacção do filósofo ao uso do PC como reforço do naturalismo (429b-c), corrigindo os dois pressupostos implícitos na associação de (T1) a (T2). Se nome e coisa não são o mesmo (430a), nem idênticos um ao outro (432b-c), não é possível invocar a natureza do nome para lhe atribuir o poder de referir/revelar a natureza das coisas. Separada de ambos, a leitura naturalista da relação entre nome e coisa, de acordo com a TM, será gradualmente enfraquecida até a admissão da convenção (434e-435d) lhe retirar a hegemonia explicativa.

Como última tentativa para preservar o nome da contaminação pela coisa nomeada, Crátilo invoca o saber dos nomes e das coisas que o instituidor dos nomes “necessariamente” possui (436c, 438a). Este saber, presumida a divindade do seu detentor, servirá de garante ao “único e melhor modo” de “descoberta e ensino das coisas” (436a) e, não menos “necessariamente”, à explicação da correção dos nomes (438c). É a integridade desse saber – presumivelmente condensada no conhecimento das etimologias – que lhe interessa preservar, de modo alheio à relação entre nomes e coisas.

1.2.1 É difícil admitir que a concepção que articula o PC com o naturalismo possa ser descontada como uma falácia cometida por Crátilo, alheia a qualquer suporte teórico, documentado pela prática corrente. Para ele, é como se o nome fizesse parte da coisa e fosse aquilo mesmo que lhe permite “ser [algo que é]” (432c7-9³⁶; vide *Eutidemo* 283e-284a; Th. Chance 1992, 87-89, 243,n.21), não havendo nome sem coisa, nem coisa sem nome, como a íntima associação do PC ao naturalismo acentua. Se é o nome que confere identidade à natureza da coisa, compreende-se que o acesso a ela seja dado pelo seu nome, nomeadamente explorando o conhecimento proporcionado pelo desvelamento da sua etimologia.

Todavia, ao separar (T1) de (T2), Sócrates mostra que a correção dos nomes não lhes confere o poder referencial que só lhes será atribuído mediante o conhecimento das coisas. Por isso, há que distinguir duas perspectivas. Na platónica, a nomeação deverá ser posterior ao conhecimento da coisa (436b-d). Na de Crátilo, se a imposição dos nomes é constitutiva da

³⁵ Note-se que a desarticulação da unidade de (T1-T3) basta para rejeitar (T4), embora não atinja a alegação de que o nome de Hermógenes não é dele, mas de outro (429c), pelo facto de ‘Hermógenes’ não deixar de ser nome.

³⁶ No *Sofista*, discutindo a referência do nomes – *to on, to hen*–, o Hóspede alude à possibilidade de nome e coisa (*pragma*) serem o mesmo (244d), denunciando os absurdos a que essa leitura da relação conduz (“ser nome de nada” ou “ser nome de um nome e de coisa nenhuma” (244d).

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

natureza das coisas, não terá de haver dois momentos distintos³⁷. A integridade desta concepção explica a veemência com que Crátilo rejeita o convencionalismo, pois, para ele, a atribuição a qualquer falante da capacidade de impor nomes, lesiva do “saber dos nomes”, fere os pressupostos da unidade e identidade de nome e coisa, objecto implícito nas objecções de Sócrates, em 430a ss.

Para o estudioso do diálogo, o maior mistério desta concepção reside na possibilidade de, associando (T1) a (T2), atribuir um alcance referencial à concepção da nomeação defendida por Crátilo. Pois, se o nome é a coisa, a teoria não admite a noção de ‘referência’, porque esta relaciona ‘nome’ e ‘nomeado’ como “coisas diferentes”³⁸. Por isso, Sócrates acrescenta que não se trata apenas de distinguir numericamente duas coisas (430a), mas de inviabilizar a possibilidade de serem idênticas (432b-c).

1.3 Esboçado este constructo, duas opções restam a quem tentar interpretá-lo: 1. descontá-lo como uma peculiaridade da personagem platónica, real ou ficcionada, desenhada pelo autor do diálogo para captar o leitor; 2. encará-lo como uma construção platónica, susceptível de ser enquadrada, por exemplo, no programa epistemológico dos diálogos críticos. Denunciadas por Sócrates (433b) as consequências absurdas resultantes da associação da TM ao PC, em que se apoia a prática da nomeação de Crátilo, o objectivo desta tentativa de reconstrução da teoria naturalista tentará agora avaliar o aproveitamento que Platão dele faz.

Tem sido atribuída autenticidade às teses defendidas por Crátilo pelo facto de se tratar de uma figura histórica³⁹. Há, porém, na Literatura grega sinais de uma prática da nomeação

³⁷ Crátilo não admite explicitamente a anterioridade das coisas à sua nomeação, embora aceite a dos nomes primitivos a quaisquer outros (438a-b).

³⁸ Sobre a ‘referência’ dos nomes, *vide* R. Barney 2001, 5-8. A. A. defende a reformulação dessa noção pela de ‘relação directa’ do nome à coisa, expressando reservas sobre o ‘conteúdo descritivo’ do nome, e cita M. Palmer (1988), para quem “um nome correcto é aquele cujo conteúdo descritivo é verdadeiro para o objecto a que se refere, mas a referência não é assegurada pela mediação do conteúdo correspondente” (6,n.8; 17-18); *vide* ainda: os comentários à tradução do passo por F. Ademollo (2011, 24); e I. Smith (2008), para quem Crátilo entende a referência como “uma relação fixa entre um nome e o seu objecto, independente do contexto da sua declaração ou da intenção do usuário” (144).

³⁹ Crátilo é um dos pensadores incluídos nos *Fragmente der Vorsokratiker* (DK65). Sem lhe atribuir fragmentos, H. Diels regista-o como objecto de cinco testemunhos. Os dois de Platão são extraídos do diálogo que leva o seu nome (DK65.1, 5). Os restantes três (DK65.2-4) provêm de Aristóteles. Relevante para este estudo serão o terceiro (*Metafísica* I6.987a32-33) e o quarto (*Metafísica* IV5.1010a11-), no qual o Estagirita refere a adesão do citado a uma forma de ‘fluxismo’ tão extremada que o impede de falar. Para uma tentativa de reconstrução da carreira de Crátilo, *vide* D. Nails 2002, 105-106; F. Ademollo 2011, 14-18.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

moldada pela exploração das etimologias⁴⁰, que justificarão o empenho do filósofo em debater e criticar o seu alcance cognitivo, condensando na personagem ‘Crátilo’ uma teoria naturalista, com os contornos obscuros que o diálogo reproduz.

III

1. De acordo com esta leitura, as dificuldades de interpretação do diálogo são motivadas pela retroacção do PC sobre os pressupostos das duas teorias acerca da correção dos nomes. Hermógenes não pode considerar correctos todos os actos de nomeação sem se apoiar numa concepção subjectivista de ‘correção’ que na prática a esvazia de sentido⁴¹ (como acontece com Protágoras e Eutidemo). Por isso Sócrates o força a cancelar essa possibilidade, rejeitando a sua associação aos sofistas. Pelo seu lado, Crátilo não poderá usar o PC como suporte da versão mimética (TM) da teoria naturalista, nem poderá explicar o que na natureza do nome lhe permite revelar a natureza de cada um dos seres”.

Desde a sua entrada no debate, Sócrates argumenta contra ambas as teorias, pois, além de refutar imediatamente Hermógenes, a cadeia de teses desenvolvida em 386d-390e corrói o naturalismo de Crátilo, que não terá avaliado até que ponto a atribuição aos nomes da função de “distinguir e ensinar a entidade” torna a nomeação dependente do conhecimento das coisas nomeadas. Por isso, o primeiro objectivo da argumentação de Sócrates é inserir a nomeação num contexto cognitivo amplo, no qual Lógica, Epistemologia e Ontologia possam convergir. Argumentando a partir da atribuição de ‘verdade’ e ‘falsidade’ aos nomes, por analogia com os enunciados (385b), visa obrigar o outro a reconhecer que o pressuposto da correção do nome (PC) não pode ser associado à defesa da tese naturalista (433b), mostrando que só as Formas satisfazem a exigência de estabilidade das coisas que é condição da possibilidade do saber.

2. Qual será então a contribuição do *Crátilo*, particularmente no que concerne à problemática dos nomes, para a definição da epistemologia platónica? Seguindo a cadeia das menções de Protágoras, há muito que os comentadores alegam a proximidade do diálogo com

⁴⁰ Vide *Oxford Classical Dictionary*, s.v. *Names, personal, Greek*, referido por F. Ademollo (2011, 33, n. 18; vide ainda *Ibid.* 33-36) e *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, IV, 1, 89-92: s. v. “nomen”.

⁴¹ Veja-se a concepção designada pela expressão “*thesis-thesis*”: R. Barney 2001, 13, 23, 36-39, *passim*: “Qualquer instituição ou prática é regulada pela imposição humana, arbitrária e auto-validante, não se achando sujeita a normas objectivas” (37).

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

o *Teeteto* e o *Sofista*⁴², ou, através da relação da tese da impossibilidade da contradição, com a prática erística dos dois irmãos de Quios, no *Eutidemo* (283e-286c; *vide Crá.386b-e*). Neste contexto alargado, a hipótese aqui avançada é a de que o *Crátilo* descreve o confronto da concepção antepredicativa dos enunciados⁴³, comum ao naturalismo de Crátilo e ao convencionalismo de Hermógenes, com a teoria predicativa dos enunciados, apontada no *Crátilo* e proposta no *Sofista* 261c-263d. Nesta perspectiva, o problema reside em mostrar que lugar ocupa a ‘correção dos nomes’ no desenvolvimento desta proposta.

2.1 Sócrates começa a argumentar contra a antepredicatividade no momento em que inicia a sua crítica ao convencionalismo de Hermógenes, quando, ao arrepio do fio da argumentação, infere da caracterização dos enunciados como ‘verdadeiros’ e ‘falsos’ para a atribuição de ‘verdade’ e ‘falsidade’ aos nomes⁴⁴ (395b-c).

Descontando as etimologias fantasiosas de 421b-c, após essa breve aparição – pontualmente antecipada em 408c3 –, o problema da ‘verdade/falsidade’ de nomes e enunciados não volta a manifestar-se no diálogo até ao momento em que Crátilo implica o PC na defesa da tese de que é impossível dizer falsidades (429b-430a). Essa implicação é problemática, pois, se, em virtude do PC, a única alternativa à correção de um nome é este não ser nome de todo, acha-se formalmente excluída a possibilidade de haver nomes e enunciados falsos.

Se qualquer enunciado consiste numa cadeia de nomes, não é possível predicar nada de coisa nenhuma (*Sof.* 251b-c, 252a-b, 262b-d; *vide* F. Ademollo 2011, 373-379), pertencendo aos nomes a única “verdade ou falsidade”. Acresce que, não havendo lugar para

⁴² Ver o conjunto das referências elencadas por R. Barney (2001, 177,n.1), à qual se acrescenta: J. Annas 1982, 95-114.

⁴³ Na perspectiva platónica, num enunciado predicativo – por exemplo, “A é B” –, ‘A’ desempenha a função de ‘sujeito’, referindo-se a uma entidade existente, enquanto ‘B’ expressa o ‘predicado’ a ela atribuído. Envolvendo ambos, ‘é’ funciona como suporte da existência dos referentes dos dois termos (*Sof.* 250a) e ainda como a cópula que os liga (254d). Pelo contrário, por ser constituído por um cadeia de nomes e expressões verbais, da qual a função copulativa está ausente, um enunciado antepredicativo só pode ser lido como um ‘nome’ (*vide* N. Denyer 1991, 73-75, 118-121; para o desenvolvimento da teoria de enunciado predicativo no *Sofista*, *vide* 146-182; *vide* ainda F. Ademollo 2011, 333-335).

⁴⁴ Num contexto predicativo, a inferência da ‘verdade’/‘falsidade’ dos enunciados para a dos nomes incorre na falácia de divisão (*vide* R. Robinson 1969, 123), pois um *logos* não é a mera soma das partes que o constituem, mas a combinação delas (*Cra.* 431c; *Teet.* 203c-205c; *Sof.* 262d; *vide* F. Ademollo 2011, 59-62). Ao contrário, num contexto antepredicativo, como as partes do *logos* não se distinguem funcionalmente, o todo é um nome composto por uma cadeia de nomes e expressões, dependendo a verdade do todo da “verdade” de cada um. Não questiono a posição do passo 385b2-d1 no diálogo (*contra*, D. Sedley 2003, 10-12, seguindo a sugestão de M. Schofield 1972, 246-251), pois, com a introdução da problemática da ‘verdade/falsidade’ Sócrates prepara a sua argumentação contra a antepredicatividade (F. Ademollo 2011, 65).

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

a falsidade numa concepção em que a linguagem se reduz a nomes, ‘verdade’, ‘correção’ e ‘nome’ coincidem, levando todo o enunciado a referir-se a si próprio pelo simples facto de ter sido proferido.

Contra esta possibilidade, Sócrates pergunta a quem se dirige um enunciado como: “Salve, estrangeiro de Atenas, Hermógenes, filho de Smícron”. Se Crátilo aceitar que se dirige (*proseipein*) ao outro, contradiz-se; se admitir que se dirige a ele próprio, reconhece como seu o nome ‘Hermógenes’. Confirmando a sua adesão ao PC e à tese de que a falsidade é impossível (429c), resta-lhe negar que se trate de todo de um enunciado⁴⁵, ou sequer de um nome composto por uma cadeia de nomes (429e-430a).

2.1.1 Se a possibilidade de dizer “nomes falsos” é rejeitada por Crátilo (429b-c), então o *logos* de Sócrates é verdadeiro, pois, se o outro não é Hermógenes, diz uma falsidade quem lhe chama ‘Hermógenes’ (429c). Todavia, se todos os nomes são necessariamente verdadeiros e a falsidade é impossível, nem mente quem o chama com esse nome, nem ele pode não ser Hermógenes⁴⁶ (*pace* F. Ademollo 2011, 29-31, 326-332). O argumento gera um regresso no infinito, pois, se Crátilo aceita que não é possível dizer falsidades (429d), o enunciado retroage sobre si próprio (T. Bolander 2005, 1-6, 27), com a consequência de o nome de Hermógenes ser verdadeiro e ele próprio mentir e dizer a verdade!

A situação criada é de tal modo desesperante, que Sócrates consente que Crátilo desconte o enunciado como um mero ruído (429e-430a). Todavia, a sua argumentação levará o outro a revelar que o nó do problema reside na confusão de dois sentidos distintos de ‘correção natural’. Enquanto uma cabe ao nome, por natureza (PC), a outra dirige-se a “cada um dos seres” (385a5), atribuindo ao nome a capacidade de descrever a natureza da coisa nomeada (429c4):

“... penso que o nome nem sequer pertence (*keisthai*)”[a Hermógenes], “mas parece pertencer, e este nome é de um outro, do qual é a natureza [que o nome mostra]” (429b-c, e).

⁴⁵ A circunstância de o voto ser reforçado com um gesto dirigido a Crátilo compõe a dificuldade no plano pragmático. Enquanto I. Smith (2008, 125-151) defende que Sócrates usa pronomes demonstrativos e outros meios extralinguísticos para argumentar com sucesso contra a TM, F. Ademollo sustenta que, neste passo e a seguir, no argumento da *dianomê*, o preâmbulo pragmático às declarações desempenha a função de assegurar a identificação dos destinatários (e não a referência) das descrições expressas pelos enunciados (F. Ademollo 2011, 345, n. 60; *vide* 342-343). Não creio, porém, que Sócrates seja sensível a esta distinção (*vide* 432e-433a).

⁴⁶ O argumento só surge feito sem as aspas que identificam o nome como designador (F. Ademollo 2011, 326-329). Registo o lapso de Crátilo (ou de Platão), que, em 427e5, se contradiz, ao dirigir-se a Hermógenes pelo nome que nega ser o dele.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

2.1.2 Como sempre, o filósofo não deixa de explorar esta aparentemente inócua concessão. Separando e distinguindo ‘nome’ e ‘nomeado’, desloca o problema do nome para o da sua relação com a coisa, caracterizando-o como a imitação (430a sqq.) ou imagem dela, etc. (430css.). O seu objectivo é levar Crátilo a admitir que a correção do nome, enquanto nome, não exclui que a sua atribuição possa ser correcta ou incorrecta. Se a um homem for mostrada a imagem de uma mulher e a uma mulher a de um homem, e lhes for dito – “este é o teu nome” –, haverá uma atribuição incorrecta, porque aos dois indivíduos são atribuídos tipos⁴⁷ que não lhes convêm⁴⁸ (430e-431a; *mê prosêkonta*: 431b4-5). E é então que, reformulando as atribuições “correcto” ou “incorrecto” como “dizer verdade” e “dizer falsidade” (431b), respectivamente, Sócrates sustenta que a conclusão pode ser extrapolada de “nomes” para “verbos” e daí para “enunciados”, caracterizados como a combinação (*synthesis*) de nomes e verbos (431b-c; 432d-433a).

Apesar de nada no texto dar alguma indicação nesse sentido – depois deste ponto Sócrates não voltará a referir-se a ‘verdade’ e ‘falsidade’ –, esta extrapolação pode ser interpretada como a refutação da tese de Crátilo acerca da impossibilidade de dizer falsidades (429d). Pois, se, tal como as partes que os constituem, os enunciados podem ser “bem ou mal atribuídos” (basta que neles se ache presente “a característica da coisa”: *ho typos tou pragmatos*: 432e6-7), nada impede que possam ser considerados verdadeiros ou falsos (431b-c), pois nunca deixam de “nomear e dizer” (*onomadzesthai kai legesthai*: 432e6, 433a5, 6) a coisa dita.

Daí se seguirá que a formulação atrás descontada como “ruído”, num contexto antepredicativo, deverá, predicativamente, poder ser entendida como uma falsidade⁴⁹. Para tal, é necessário que Crátilo, reconhecendo que os nomes podem ser bem ou mal “executados” ou “estabelecidos” (*eirgasmena*: 431d7; *keisthai*: 432e1; 432d-e, 433c-e), renuncie a usar a sua

⁴⁷ Nestes exemplos, é difícil distinguir a imposição de nomes a entidades identificadas pragmaticamente da atribuição de predicados a sujeitos (R. Barney 2001, 114; F. Ademollo 2011, 340): “O teu nome é [“homem”, “mulher”]”.

⁴⁸ Ou seja, lendo antepredicativamente o enunciado: “O teu nome: homem”, “O teu nome: mulher”. A passagem da antepredicatividade à predicação é realizada por Sócrates ao substituir o verbo usado por Crátilo em 430a (*keisthai*: “impor”, “pertencer”), por verbos e nomes que se traduzem por “atribuir”, “atribuição” (*dianeimai, dianomê*: 430b-431b; *prospherein*430b, *apodidonai*: 430c).

⁴⁹ F. Ademollo – a quem segui neste ponto – dedica detida atenção ao passo (2011, 341-350), apontando o parentesco desta concepção de ‘falsidade’ com a do *Sofista* 263b-d (341, 346, 348-350).

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

concepção de ‘correção’ (431e-432a), ou seja, o PC, para defender a teoria de que os nomes representam as coisas por meio de letras e sílabas (433a-b).

3. Esta conclusão anuncia a teoria predicativa do enunciado, proposta no *Sofista*, a despeito de deixar ainda um longo caminho a percorrer⁵⁰. Haverá que começar por elencar e distinguir as modalidades de enunciados em que a forma verbal ‘é’ pode desempenhar as funções ‘predicativa’, ‘identitativa’ e ‘existencial’ (*Sof.* 254b-256e) e caracterizar a negativa como “diferença” (257b-c). Só então será possível definir o enunciado como a “combinação” de um nome e um verbo (261e-263d, c; *vide* F. Ademollo 2011, 295-296), desempenhando as funções de ‘sujeito’ e ‘predicado’. Esta é a estrutura de base dos enunciados predicativos, nos quais a verdade ou falsidade que lhes é atribuída não é dita de cada um deles, mas da relação que os une (expressa numa “afirmação e negação”: 263a-e).

Creio, contudo, ser possível defender que, no *Crátilo*, a proposta de uma epistemologia predicativa é consistentemente avançada por Sócrates desde o início diálogo, quando insiste em sustentar que a significação dos nomes nunca pode ser divorciada das “coisas” por eles nomeadas. Como se viu, o problema reside em determinar de que “coisas” se trata. As teses capitais, formuladas entre 386d-e e 390a, mostram que se trata de “entidades estáveis”, às quais os seus “nomes” se referirão como “nomes de Formas” (439a-e). Mas esta associação é deixada em segundo plano pela abordagem crítica do naturalismo, dominante até ao epílogo do argumento, em 440a-d.

Consequentemente, se, na comparação com o *Sofista*, faltam ao *Crátilo* as relevantes inovações acima apontadas, particularmente no tocante à concepção relacional de Verdade, cabe perguntar que função será desempenhada pelo diálogo no corpo da epistemologia platónica. Considerando as teorias em que se apoia a epistemologia predicativa, o *Teeteto* e o *Crátilo*, e de certo modo o *Eutidemo*, podem entender-se como introduções aporéticas ao *Sofista*. O *Crátilo* apontaria a necessidade de ultrapassar a epistemologia antepredicativa, enumerando e eliminando os obstáculos que impedem que os enunciados sejam usados para descrever a realidade; o maior dos quais consistirá na condensação da linguagem em ‘nomes’.

Pois, distinta da verdade predicativa, a “verdade dos nomes”, no *Crátilo*, permanece na antepredicatividade, constituindo não mais que o reflexo da “verdade das coisas”, condensada no princípio de que “dizer a verdade é dizer o que é” (*ta onta legein: Eutd.* 284a).

⁵⁰ Para uma síntese da discussão sobre o enunciado no *Sofista*, *vide* P. Crivelli 2008, 230-240.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

Dele resultam a impossibilidade da falsidade e da contradição, a que o *Crátilo* se refere ironicamente (429d-e), e o *Sofista* definitivamente erradica da reflexão.

Referências Bibliográficas

1. Edições e traduções do *Crátilo* usadas

Dalimier, C. (1998), *Platon: Cratyle*, GF, Paris.

Figueiredo, M. J. (2001), *Platão, Crátilo*, Instituto Piaget, Lisboa.

Méridier, L. (1961), *Platon: Cratyle*, Belles Lettres, Paris.

Reeve, C. D. C. (1997), *Plato: Cratylus*, D. S. Hutchinson, Indianapolis.

1.1 Outros textos clássicos

Aristotle, *Categories, On interpretation, Prior analytics*, W. Heinemann, Harvard Un. Pr., London, Cambridge (Mass.) 1973.

Diels, H., Kranz, W. (1956), *Die Fragmente der Vorsokratiker*, Weidmannsche Verlagbuchhandlung, Berlin 1956.

Diogenes Laertius, *Lives of eminent philosophers*, W. Heinemann, Harvard Un. Pr., London, Cambridge (Mass.) 1979.

Platão, *O Sofista*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2011.

Platão, *Teeteto*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2005.

Plato, *Theaetetus, Sophist*, W. Heinemann, Harvard Un. Pr., London, Cambridge (Mass.) 1977.

Platon, *Ion, Ménexène, Euthydème*, Texte établi et traduit par L. Méridier, Belles Lettres, Paris 1964⁴.

Sextus Empiricus, *Outlines of Pyrrhonism*, W. Heinemann, Harvard Un. Pr., London, Cambridge (Mass.) 1976.

1.2 Dicionários

Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines d'après les textes et les monuments (6 vols.), Paris 1877-1919.

Oxford Classical Dictionary, Oxford Clarendon Pr., Oxford 1979².

2. Obras citadas

Ademollo, F. (2011), *The Cratylus of Plato, A Commentary*, Cambridge Un. Pr., Cambridge.

Albert, H. (1985), *Treatise on Critical Reason*, Princeton University Pr., Princeton 1985.

Santos, José Gabriel Trindade
Para uma leitura aporética do Crátilo

- Annas, J. (1982), “Knowledge and Language: the *Theaetetus* and the *Cratylus*”, *Language and Logos*, M. Schofield, M. Nussbaum (eds.), 95-114.
- Barney, R. (2001), *Names and Nature in Plato’s Cratylus*, Routledge, New York & London.
- Baxter, T. M. S. (1992), *The Cratylus: Plato’s Critique of Naming*, Brill, Leiden.
- Bolander, T. (2005), “Self-reference and Logic”, www.imm.dtu.dk/~tobo/essay.pdf, 1-27.
- Chance, Th. (1992), *Plato’s Euthydemus. Analysis of What Is and What Is Not Philosophy*, Un. of California Pr., Berkeley and Los Angeles.
- Crivelli, P. (2008), “Plato’s Philosophy of Language”, in G. Fine (ed.), *The Oxford Handbook of Plato*, Oxford U. Pr. Oxford, 217-242.
- Denyer, N. (1991), *Language, Thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy*, Routledge, London.
- Donellan, K. (1966, 1997), “Reference and Definite Descriptions”, *Philosophical Review* 75, 281-304 (reimpresso em: *Readings in the Philosophy of Language*, P. Ludlow (ed.), MIT Pr., Cambridge (Mass.), 361-379).
- Irwin, T. H. (1982), “Aristotle’s Concept of Signification”, *Language & Logos*, M. Schofield, M. Nussbaum (eds.), Cambridge Un. Pr., Cambridge, 241-266.
- Nails, D. (2002), *The People of Plato: a prosopography of Plato and other Socratics*, Hackett Publishing Company, Indianapolis.
- Palmer, M. (1988), *Names, Reference and Correctness in Plato’s Cratylus*, New York.
- Robinson, R. (1969), “A Criticism of Plato’s *Cratylus*”, *Essays in Greek Philosophy*, Oxford U. Pr., Oxford.
- Santos, J. G. T. (2013), “For a non-predicative Reading of *esti* in Parmenides, the Sophists and Plato”, *Méthexis* XXVI 2013, 39-50.
- Schofield, M. (1972), “A Displacement in the Text of the *Cratylus*”, *Classical Quarterly* 22, 246-253.
- Sedley, D. (2003), *Plato’s Cratylus*, Cambridge, U. Pr. Cambridge.
- Smith, I. (2008), “False Names, Demonstratives and the Refutation of Linguistic Naturalism in Plato’s *Cratylus* 427d1-431c3”, *Phronesis* 53, 125-151.

[Recebido em julho de 2014; aceito em julho de 2014.]